

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	49
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	51
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	52
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	403.644
Preferenciais	122.807
Total	526.451
Em Tesouraria	
Ordinárias	810
Preferenciais	5
Total	815

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	3.808.553	3.795.562
1.01	Ativo Circulante	794.122	885.248
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	147.838	145.925
1.01.03	Contas a Receber	494.924	641.108
1.01.03.01	Clientes	494.924	641.108
1.01.04	Estoques	12.437	12.755
1.01.06	Tributos a Recuperar	35.388	17.839
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	35.388	17.839
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	103.535	67.621
1.02	Ativo Não Circulante	3.014.431	2.910.314
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.556.450	1.436.021
1.02.01.03	Contas a Receber	118.377	117.908
1.02.01.03.01	Clientes	118.377	117.908
1.02.01.06	Tributos Diferidos	201.308	207.525
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	201.308	207.525
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.236.765	1.110.588
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	56.098	49.051
1.02.01.09.04	Tributos a compensar	26.980	20.770
1.02.01.09.06	Ativo financeiro da concessão	1.128.772	1.019.658
1.02.01.09.07	Outros créditos	24.915	21.109
1.02.03	Imobilizado	22.356	25.063
1.02.04	Intangível	1.435.625	1.449.230
1.02.04.01	Intangíveis	1.435.625	1.449.230

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	3.808.553	3.795.562
2.01	Passivo Circulante	882.200	862.992
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	25.588	30.063
2.01.02	Fornecedores	365.930	442.112
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	365.930	442.112
2.01.03	Obrigações Fiscais	64.464	81.963
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	31.240	44.048
2.01.03.01.02	Programa de integração social - PIS	2.573	5.925
2.01.03.01.03	Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	12.011	21.399
2.01.03.01.04	PIS COFINS parcelamento	9.994	9.507
2.01.03.01.05	Outras obrigações fiscais	6.662	7.217
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	33.224	37.915
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	33.224	37.915
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	39.262	47.295
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	19.541	19.848
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	19.541	19.848
2.01.04.02	Debêntures	19.721	27.447
2.01.05	Outras Obrigações	324.724	207.830
2.01.05.02	Outros	324.724	207.830
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	58.400	51.825
2.01.05.02.05	Passivo financeiro setorial	212.363	95.629
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	53.961	60.376
2.01.06	Provisões	62.232	53.729
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	28.365	21.715
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	18.016	11.919
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	10.349	9.796
2.01.06.02	Outras Provisões	33.867	32.014
2.01.06.02.04	Provisões regulatórias	33.739	31.886
2.01.06.02.05	Outras provisões	128	128
2.02	Passivo Não Circulante	1.505.464	1.510.940
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.126.843	1.133.553
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	37.918	47.180
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	37.918	47.180
2.02.01.02	Debêntures	1.088.925	1.086.373
2.02.02	Outras Obrigações	338.443	344.397
2.02.02.02	Outros	338.443	344.397
2.02.02.02.03	Entidade de previdência privada	76.698	74.830
2.02.02.02.04	Passivo financeiro setorial	24.100	33.449
2.02.02.02.06	Impostos, taxas e contribuições	23.190	26.814
2.02.02.02.07	Outras contas a pagar	87.867	80.156
2.02.02.02.08	Fornecedor	126.588	129.148
2.02.04	Provisões	40.178	32.990
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	40.178	32.990
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	11.854	14.289
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	20.824	16.230

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	7.500	2.471
2.03	Patrimônio Líquido	1.420.889	1.421.630
2.03.01	Capital Social Realizado	1.386.558	1.386.558
2.03.02	Reservas de Capital	3.564	3.564
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	1.089	1.089
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição	2.475	2.475
2.03.04	Reservas de Lucros	87.947	87.947
2.03.04.01	Reserva Legal	59.302	59.302
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	36.701	36.701
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-8.056	-8.056
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-741	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-56.439	-56.439

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	745.785	1.512.283	725.964	1.423.980
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-690.879	-1.322.448	-591.647	-1.220.313
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-502.722	-959.690	-435.464	-916.762
3.02.02	Custo de Operação	-84.139	-174.076	-86.826	-166.406
3.02.03	Custo com Serviços Prestados a Terceiros	-104.018	-188.682	-69.357	-137.145
3.03	Resultado Bruto	54.906	189.835	134.317	203.667
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-65.301	-125.241	-84.778	-151.977
3.04.01	Despesas com Vendas	-19.351	-38.231	-35.542	-63.868
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-38.843	-72.795	-42.135	-73.907
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.107	-14.215	-7.101	-14.202
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-10.395	64.594	49.539	51.690
3.06	Resultado Financeiro	-28.611	-59.821	-29.980	-64.761
3.06.01	Receitas Financeiras	24.718	46.490	30.259	67.468
3.06.02	Despesas Financeiras	-53.329	-106.311	-60.239	-132.229
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-39.006	4.773	19.559	-13.071
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	12.293	-5.514	-6.876	4.193
3.08.01	Corrente	10.443	702	0	0
3.08.02	Diferido	1.850	-6.216	-6.876	4.193
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-26.713	-741	12.683	-8.878
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-26.713	-741	12.683	-8.878
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-50,74000	-1,41000	38,36343	-26,85410
3.99.01.02	PN	-50,74000	-1,41000	38,36343	-26,85410
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-50,74000	-1,41000	38,36343	-26,85410
3.99.02.02	PN	-50,74000	-1,41000	38,36343	-26,85410

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-26.713	-741	12.683	-8.878
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-28.332	-30.098
4.03	Resultado Abrangente do Período	-26.713	-741	-15.649	-38.976

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	182.083	210.134
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	210.502	195.567
6.01.01.01	Prejuízo Líquido Antes da CSLL e IRPJ	4.773	-13.071
6.01.01.02	Amortização	72.858	69.354
6.01.01.03	Atualização do Ativo Fianciero da Concessão	-10.932	-36.416
6.01.01.05	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	14.520	41.080
6.01.01.06	Provisão para riscos fiscais, civeis, trabalhista e regulatórios	10.287	21.618
6.01.01.07	Encargos de dividas e atualização monetárias e cambiais	95.124	111.624
6.01.01.08	Despesa (receita) com entidade de previdência privada	4.911	2.208
6.01.01.09	Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	0	-10.299
6.01.01.10	Perda (ganho) na baixa de não circulante	18.961	9.436
6.01.01.11	Ações e opções de ações outorgadas	0	33
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	68.859	116.859
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	133.799	35.579
6.01.02.02	Tributos a compensar	-6.711	-2.699
6.01.02.03	Almoxarifado	318	-671
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-5.484	-11.292
6.01.02.05	Ativo Fianciero Setorial	0	251.588
6.01.02.06	Contas a Receber- Eletrobrás	-33.848	-55
6.01.02.07	Outros Ativos Operacionais	-5.267	8.635
6.01.02.09	Fornecedores	-79.551	-160.579
6.01.02.10	Outras obrigações com entidade de previdência privada	-3.004	-6.938
6.01.02.11	Passivo Financeiro Setorial	94.532	120.040
6.01.02.12	Outros tributos e contribuições	-18.885	-21.559
6.01.02.14	Txas Regulamentares	6.575	-43.980
6.01.02.16	Processos Fiscais, Cíveis, Trabalhistas e Regulatório	-6.638	-11.829
6.01.02.17	Contas a pagar CDE	0	-21.868
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	-6.977	-17.513
6.01.03	Outros	-97.278	-102.292
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição pagos	-17.048	-3.339
6.01.03.02	Encargos de Dívida e Debêntures pagos	-80.230	-98.953
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-172.878	-325.641
6.02.01	Titulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	0	-11.291
6.02.02	Aplicação e resgate de investimentos de curto prazo	0	-191.024
6.02.03	Adições do intangível	-172.878	-123.326
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.292	108.143
6.03.01	Amortização de principal de empréstimo e debêntures	-7.292	-156.244
6.03.02	Dividendos	0	295.455
6.03.03	Outros	0	-31.068
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.913	-7.364
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	145.925	22.302
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	147.838	14.938

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.386.558	-4.492	96.003	0	-56.439	1.421.630
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.386.558	-4.492	96.003	0	-56.439	1.421.630
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-741	0	-741
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-741	0	-741
5.05.02.06	Prejuízo líquido do período	0	0	0	-741	0	-741
5.07	Saldos Finais	1.386.558	-4.492	96.003	-741	-56.439	1.420.889

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	463.235	-2.295	497.772	0	-23.950	934.762
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	463.235	-2.295	497.772	0	-23.950	934.762
5.04	Transações de Capital com os Sócios	923.323	33	0	0	0	923.356
5.04.01	Aumentos de Capital	923.323	0	0	0	0	923.323
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	33	0	0	0	33
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-8.878	-30.098	-38.976
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-8.878	0	-8.878
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-30.098	-30.098
5.05.02.08	Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	-45.602	-45.602
5.05.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	15.504	15.504
5.07	Saldos Finais	1.386.558	-2.262	497.772	-8.878	-54.048	1.819.142

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	2.578.813	2.588.537
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.404.651	2.492.471
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	188.682	137.145
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-14.520	-41.079
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.331.789	-1.225.459
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.057.666	-1.006.326
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-222.303	-173.568
7.02.04	Outros	-51.820	-45.565
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.247.024	1.363.078
7.04	Retenções	-72.233	-69.354
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-72.233	-69.354
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.174.791	1.293.724
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	46.490	67.468
7.06.02	Receitas Financeiras	46.490	67.468
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.221.281	1.361.192
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.221.281	1.361.192
7.08.01	Pessoal	111.993	113.204
7.08.01.01	Remuneração Direta	82.098	87.031
7.08.01.02	Benefícios	22.923	21.305
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.972	4.868
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	989.724	1.112.396
7.08.02.01	Federais	435.909	495.846
7.08.02.02	Estaduais	553.523	616.285
7.08.02.03	Municipais	292	265
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	120.305	144.470
7.08.03.01	Juros	107.092	133.759
7.08.03.02	Aluguéis	13.213	10.711
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-741	-8.878
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-741	-8.878

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

Análise de Resultados – RGE Sul

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	2º Trimestre			1º Semestre		
	2017	2016	Variação	2017	2016	Variação
Receita operacional bruta	1.242.765	1.223.090	1,6%	2.593.333	2.629.616	-1,4%
Fornecimento de energia elétrica	860.757	1.096.102	-21,5%	2.030.689	2.440.990	-16,8%
Suprimento de energia elétrica	115.556	46.657	147,7%	133.197	52.911	151,7%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	104.019	69.357	50,0%	188.682	137.145	37,6%
Outras receitas operacionais	139.613	136.660	2,2%	334.718	279.527	19,7%
Ativo e passivo financeiro setorial	22.820	(125.686)	-118,2%	(93.953)	(280.957)	-66,6%
Deduções da receita operacional	(496.980)	(497.126)	0,0%	(1.081.050)	(1.205.636)	-10,3%
Receita operacional líquida	745.785	725.964	2,7%	1.512.283	1.423.980	6,2%
Custo com energia elétrica	(502.722)	(435.464)	15,4%	(959.690)	(916.762)	4,7%
Energia comprada para revenda	(461.698)	(382.405)	20,7%	(880.865)	(780.551)	12,9%
Encargo de uso do sist transm distrib	(41.024)	(53.058)	-22,7%	(78.825)	(136.211)	-42,1%
Despesa operacional	(253.458)	(240.961)	5,2%	(487.999)	(455.528)	7,1%
Pessoal	(39.590)	(41.697)	-5,1%	(81.282)	(78.590)	3,4%
Entidade de previdência privada	(2.280)	(1.104)	106,5%	(4.911)	(2.208)	122,4%
Material	(7.067)	(8.886)	-20,5%	(15.790)	(18.903)	-16,5%
Serviço de terceiros	(31.673)	(29.489)	7,4%	(62.234)	(58.928)	5,6%
Depreciação/amortização	(36.336)	(34.842)	4,3%	(72.233)	(69.354)	4,2%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(104.019)	(69.357)	50,0%	(188.682)	(137.145)	37,6%
Outros	(32.493)	(55.586)	-41,5%	(62.867)	(90.400)	-30,5%
Resultado do serviço	(10.395)	49.539	-121,0%	64.594	51.690	25,0%
Resultado financeiro	(28.611)	(29.980)	-4,6%	(59.821)	(64.761)	-7,6%
Receitas financeiras	24.718	30.259	-18,3%	46.490	67.468	-31,1%
Despesas financeiras	(53.329)	(60.239)	-11,5%	(106.311)	(132.229)	-19,6%
Resultado antes dos tributos	(39.006)	19.559	-299,4%	4.773	(13.071)	-136,5%
Contribuição social	3.310	(1.820)	-281,9%	(1.452)	1.125	-229,1%
Imposto de renda	8.983	(5.056)	-277,7%	(4.062)	3.068	-232,4%
Resultado Líquido do Período	(26.713)	12.683	-310,6%	(741)	(8.878)	-91,7%
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	(26.713)	12.683	-310,6%	(741)	(8.878)	-91,7%
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-
EBITDA	25.941	84.380	-69,3%	136.827	121.043	13,0%

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 2º trimestre de 2017 foi de R\$ 1.242.765, apresentando aumento de 1,6% (R\$ 19.675) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção de infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 1.138.746, apresentando uma redução de 1,3% (R\$ 14.987) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** redução de 21,5% (R\$ 235.345) principalmente pelas reduções: (i) 7,3% na tarifa média decorrente principalmente do reajuste tarifário de abril de 2017 de -6,43% (percepção do consumidor), associado ao ajuste para reversão do Encargo de Energia de Reserva ("EER") de Angra III ocorrido em abril de 2017, compensado pelo impacto de aplicação da bandeira tarifária verde no trimestre de 2016 e vermelha em abril e maio e verde em junho de 2017 e (ii) 14,5% no volume de energia vendida.
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** aumento de 147,7% (R\$ 68.898), principalmente pelo aumento no volume de energia elétrica comercializada no curto prazo, compensado parcialmente pelas recontabilizações de operações realizadas na CCEE de períodos anteriores.
- iii. **Outras receitas operacionais:** aumento de 2,16% (R\$ 2.953) basicamente pelos aumentos em: (i) subvenções baixa renda e descontos tarifários com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") (R\$ 8.146), (ii) receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD (R\$ 12.823) em função principalmente do reajuste tarifário e migração de clientes livres para o ambiente de contratação livre e compensados pelas reduções em (iii) outras receitas e rendas (R\$ 7.192), e (iv) atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 10.824).

Comentário do Desempenho

- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** receita de R\$ 22.696 neste trimestre e despesa de R\$ 125.686 no mesmo período do ano anterior, totalizando uma variação de 118,1% (R\$ 148.382), principalmente: (i) amortização dos ativos e passivos homologados, (ii) diferimento de encargos de ESS e neutralidades, compensados por encargos de CDE e Rede básica.

Quantidade de energia vendida

No 2º trimestre de 2017, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras permissionárias, teve queda de 14,2% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior, movimento deve-se principalmente ao o efeito de movimentação de clientes para o mercado livre.

O consumo da classe residencial, que representa 38,2% do mercado total fornecido pela distribuidora, registrou queda de 5,5% no 2º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior, apesar da massa de renda Brasil, que no acumulado 12 meses (até maio/17) registra crescimento de 1,6%. O resultado reflete o efeito das altas temperaturas registradas no segundo trimestre de 2016, em especial no mês de abril.

A classe comercial, que representa 16,4% do mercado total fornecido pela distribuidora, registrou queda de 12,5%, em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete o comportamento do indicador vendas do comércio que no acumulado 12 meses (até abr./17) apresenta queda de 4,6%. Há também o efeito de movimentação de clientes para o mercado livre.

A classe industrial, que representa 15,7% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 41,6% no 2º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho é consequência direta do fraco resultado da atividade industrial do Brasil, que no acumulado de 12 meses (até mai./17), registrou queda de 2,6% em conjunto com o efeito de movimentação de clientes para mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e permissionárias) participam com 29,3% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram queda de 2,8% no 2º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete principalmente o desempenho das classes Rural e Permissionárias que juntas tiveram queda de 2,9%.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve queda de 2% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe apresenta queda na classe residencial de 5,5%, queda de 3,2% na classe comercial e crescimento industrial de 2%. As demais classes de consumo apresentaram queda de 2,6%.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 2º trimestre de 2017 foram de R\$ 496.980 apresentando uma redução de 0,03% (R\$ 146) em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pelas reduções: (i) ICMS (R\$ 48.508) decorrente da redução no fornecimento faturado, (ii) PIS e COFINS (R\$ 4.804) compensados parcialmente pelo aumento em: bandeiras tarifárias (R\$ 33.897), (ii) CDE (R\$ 17.123), decorrente de nova cota determinada pela Aneel, (iii) PROINFA (R\$ 2.148).

Custo com energia elétrica

No 2º trimestre de 2017 o custo com energia elétrica foi de R\$ 502.722 apresentando um aumento de 15,4% (R\$ 67.258) em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação deve-se basicamente:

- **Energia comprada para revenda**

O custo com energia comprada para revenda foi de R\$ 461.698 apresentando aumento de 20,7% (R\$ 79.293) em função: (i) aumento de 19,5% no preço médio, aumento do volume em 1,06% e (ii) aumento de crédito de PIS e COFINS (R\$ 9.507).

- **Encargos do uso do sistema de distribuição**

Os encargos de uso do sistema de distribuição foram de R\$ 41.024, apresentando redução de 22,7% (R\$ 12.035), impactado principalmente pela redução no (i) Encargo de Serviço do Sistema (ESS) (R\$ 6.438) e (ii) Encargo de Energia de Reserva (EER) (R\$ 8.777), compensados parcialmente pelo aumento no (iii) encargo de rede básica (R\$ 3.179) e (iv) crédito de PIS e COFINS (R\$ 151).

Comentário do Desempenho

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 253.458 no 2º trimestre de 2017, apresentando um aumento de 5,19% (R\$ 12.497) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 149.439, apresentando redução de 12,9% (R\$ 22.165).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 113.103 neste trimestre, uma redução de 17,3% (R\$ 23.659) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Pessoal:** redução de 5,1% (R\$ 2.107), principalmente pela redução do quadro de funcionário no trimestre.
- ii. **Entidade de previdência privada:** aumento de 106,5% (R\$ 1.176), pelos registros dos impactos do laudo atuarial do período 2017.
- iii. **Material:** redução de 20,5% (R\$ 1.819), decorrente de equipamentos de segurança e medicina do trabalho.
- iv. **Serviços de terceiros:** aumento de 7,4% (R\$ 2.184), principalmente em função do aumento com serviços de terceiros da manutenção de linhas e redes.
- v. **Outros:** redução de 41,5% (R\$ 23.092), principalmente em: (i) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 20.548), (ii) provisões legais, judiciais e indenizações (R\$1.694), e (iii) outros (R\$ 1.199), compensados parcialmente pelo aumento em: (iv) despesas arrendamento e aluguéis (R\$ 233); (v) taxa de arrecadação (R\$ 167).

Amortização

Aumento de despesa de amortização de 4,3% (R\$ 1.494), basicamente em função do incremento de investimentos na base do ativo intangível.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou uma despesa de R\$ 28.611, uma redução de 4,6% (R\$ 1.369) em relação ao mesmo período do ano anterior.

- **Receitas financeiras:** redução de 18,3% (R\$ 5.541), principalmente: (i) variação monetária sobre faturas de energia elétrica (R\$ 5.283) (ii) variação rendas de aplicação financeira (R\$ 2.694), e (iii) acréscimo e multa moratória (R\$ 2.383), parcialmente compensada pelo o aumento de outras receitas financeiras (R\$ 3.939), em principal referente ao ajuste de Subvenção e Assistência Governamentais.
- **Despesas financeiras:** redução de 11,4% (R\$ 6.910), principalmente pela (i) redução em encargos, e atualizações monetárias e cambiais sobre empréstimos debêntures (R\$ 19.883), (ii) atualizações monetárias e cambiais (R\$ 452) e parcialmente compensados pelo aumento nas despesas de (iii) atualização dos passivos financeiros setoriais (R\$ 11.739) e (iv) outras despesas financeiras (R\$ 1.560), em principal referente ao ajuste de Subvenção e Assistência Governamentais.

Comentário do Desempenho

Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo à contribuição social e imposto de renda apurado neste trimestre foi de R\$ 12.293, apresentando uma redução na despesa de R\$ 19.169 em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo da redução da base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou neste trimestre um prejuízo líquido de R\$ 26.713, com redução de 310,6% (R\$ 39.396), em relação ao lucro apurado no mesmo período do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) neste trimestre foi de R\$ 25.941, representando uma redução de 69,3% (R\$ 58.440) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	30/06/2017	31/12/2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	147.838	145.925
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	494.924	641.108
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	7	18.455	4.443
Outros Tributos a compensar	7	16.933	13.396
Estoques		12.437	12.755
Outros créditos	11	103.535	67.621
Total do circulante		794.122	885.248
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	118.377	117.908
Depósitos judiciais	19	56.098	49.051
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	7	671	671
Outros tributos a compensar	7	26.309	20.099
Créditos fiscais diferidos	9	201.308	207.525
Ativo financeiro da concessão	10	1.128.772	1.019.658
Outros créditos	11	24.915	21.109
Imobilizado		22.356	25.063
Intangível	12	1.435.625	1.449.230
Total do não circulante		3.014.431	2.910.314
Total do ativo		3.808.553	3.795.562

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/06/2017	31/12/2016
Circulante			
Fornecedores	13	365.931	442.112
Empréstimos e financiamentos	14	19.541	19.848
Debêntures	15	19.721	27.447
Taxas regulamentares	17	58.400	51.825
Outros impostos, taxas e contribuições	18	64.464	81.963
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	19	62.231	53.729
Obrigações estimadas com pessoal		25.588	30.063
Passivo financeiro setorial	8	212.363	95.629
Outras contas a pagar	20	53.961	60.376
Total do circulante		882.200	862.992
Não circulante			
Fornecedores	13	126.588	129.148
Empréstimos e financiamentos	14	37.919	47.180
Debêntures	15	1.088.925	1.086.373
Entidade de previdência privada	16	76.698	74.830
Outros impostos, taxas e contribuições	18	23.190	26.814
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	19	40.177	32.990
Passivo financeiro setorial	8	24.100	33.449
Outras contas a pagar	20	87.867	80.156
Total do não circulante		1.505.464	1.510.940
Patrimônio líquido			
Capital Social	21	1.386.558	1.386.558
Reserva de capital		3.564	3.564
Reservas de lucros		96.003	96.003
Ações em tesouraria		(8.056)	(8.056)
Prejuízos acumulados		(741)	-
Resultado abrangente acumulado		(56.439)	(56.439)
Total do patrimônio líquido		1.420.889	1.421.630
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.808.553	3.795.562

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2017		2016 (Reclassificado)	
		2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Receita operacional líquida	23	745.785	1.512.283	725.964	1.423.980
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica	24	(502.722)	(959.690)	(435.464)	(916.762)
Custo de operação	25	(84.139)	(174.076)	(86.826)	(166.406)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(104.018)	(188.682)	(69.357)	(137.145)
Lucro operacional bruto		54.906	189.835	134.317	203.667
Despesas operacionais	25				
Despesas com vendas		(19.351)	(38.231)	(35.542)	(63.868)
Despesas gerais e administrativas		(38.843)	(72.795)	(42.135)	(73.907)
Outras despesas operacionais		(7.107)	(14.215)	(7.101)	(14.202)
Resultado do serviço		(10.395)	64.594	49.539	51.690
Resultado financeiro	26				
Receitas financeiras		24.718	46.490	30.259	67.468
Despesas financeiras		(53.329)	(106.311)	(60.239)	(132.229)
Ativo financeiro da concessão		(28.611)	(59.821)	(29.980)	(64.761)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos		(39.006)	4.773	19.559	(13.071)
Contribuição social	9	3.310	(1.452)	(1.820)	1.125
Imposto de renda	9	8.983	(4.062)	(5.056)	3.068
		12.293	(5.514)	(6.876)	4.193
Lucro (prejuízo) líquido do período		(26.713)	(741)	12.683	(8.878)
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	22	(50,74)	(1,41)	38,36	(26,85)
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	22	(50,74)	(1,41)	38,36	(26,85)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
 (Em milhares de Reais)

	2017		2016	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Lucro (prejuízo) líquido do período	(26.713)	(741)	12.683	(8.878)
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	(28.332)	(30.098)
Resultado abrangente do período	<u>(26.713)</u>	<u>(741)</u>	<u>(15.649)</u>	<u>(38.976)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de junho de 2017
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital		Reservas de lucros			Ações em tesouraria	Resultado abrangente acumulado	Prejuízos acumulados	Total
		Ágio na emissão de ações	Remuneração de bens e direitos	Legal	Obrigatória do dividendo não distribuído					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.386.558	1.089	2.475	59.302	36.701		(8.056)	(56.439)	-	1.421.630
Resultado abrangente total										
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(741)	(741)
Saldo em 30 de junho de 2017	1.386.558	1.089	2.475	59.302	36.701		(8.056)	(56.439)	(741)	1.420.889

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de junho de 2016
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital			Reservas de lucros				Ações em tesouraria	Resultado abrangente acumulado	Prejuízos acumulados	Total
		Ágio na emissão de ações	Remuneração de bens e direitos	Opções de ações outorgadas	Legal	Estatutária	A realizar	Obrigatória do dividendo não distribuído				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	463.235	1.089	2.475	2.197	59.302	201.138	64.536	172.796	(8.056)	(23.950)	-	934.762
Resultado abrangente total												
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.878)	(8.878)
Outros resultados abrangentes: ganho (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.098)	-	(30.098)
Transações de capital com os acionistas												
Aumento de capital	923.323	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	923.323
Remuneração com base em ações	-	-	-	33	-	-	-	-	-	-	-	33
Saldo em 30 de junho de 2016	1.386.558	1.089	2.475	2.230	59.302	201.138	64.536	172.796	(8.056)	(54.048)	(8.878)	1.819.142

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
 (Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u> <u>Reclassificado</u>
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	4.773	(13.071)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	72.858	69.354
Atualização do ativo financeiro da concessão	(10.932)	(36.416)
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	10.287	21.618
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.520	41.080
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	95.124	111.624
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	-	(10.299)
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	4.911	2.208
Ações e opções de ações outorgadas	-	33
Perda (ganho) na baixa de não circulante	18.961	9.436
	<u>210.502</u>	<u>195.567</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	133.799	35.579
Tributos a compensar	(6.711)	(2.699)
Almoxarifado	318	(671)
Depósitos judiciais	(5.484)	(11.292)
Ativo financeiro setorial	-	251.588
Contas a receber - Eletrobrás	(33.848)	(55)
Outros ativos operacionais	(5.267)	8.635
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(79.551)	(160.579)
Outras obrigações com entidades de previdência privada	(3.004)	(6.938)
Passivo financeiro setorial	94.532	120.040
Outros tributos e contribuições sociais	(18.885)	(21.559)
Taxas regulamentares	6.575	(43.980)
Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(6.638)	(11.829)
Contas a pagar CDE	-	(21.868)
Outros passivos operacionais	(6.977)	(17.513)
Caixa líquido gerado pelas operações	279.361	312.426
Imposto de renda e contribuição social pagos	(17.048)	(3.339)
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(80.230)	(98.953)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	182.083	210.134
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	-	(11.291)
Aplicações e resgates de investimentos de curto prazo	-	(191.024)
Adições de intangível	(172.878)	(123.326)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(172.878)	(325.641)
Atividades de financiamento		
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(7.292)	(156.244)
Dividendos	-	295.455
Outros	-	(31.068)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(7.292)	108.143
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	1.913	(7.364)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	145.925	22.302
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	147.838	14.938

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016
 (Em milhares de Reais)

	1° Semestre de 2017	1° Semestre de 2016 Reclassificado
1 - Receita	2.578.813	2.588.537
1.1 Receita de venda de energia e serviços	2.404.651	2.492.471
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	188.682	137.145
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.520)	(41.079)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.331.789)	(1.225.459)
2.1 Custo com energia elétrica	(1.057.666)	(1.006.326)
2.2 Material	(101.412)	(68.951)
2.3 Serviços de terceiros	(120.891)	(104.617)
2.4 Outros	(51.820)	(45.565)
3 - Valor adicionado bruto (1 + 2)	1.247.024	1.363.078
4 - Retenções		
4.1 Amortização	(72.233)	(69.354)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3 + 4)	1.174.791	1.293.724
6 - Valor adicionado recebido em transferência		
6.1 Receitas financeiras	46.490	67.468
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5 + 6)	1.221.281	1.361.192
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e Encargos	111.993	113.204
8.1.1 Remuneração direta	82.098	87.031
8.1.2 Benefícios	22.923	21.305
8.1.3 F.G.T.S.	6.972	4.868
8.2 Impostos, taxas e contribuições	989.724	1.112.396
8.2.1 Federais	435.909	495.846
8.2.2 Estaduais	553.523	616.285
8.2.3 Municipais	292	265
8.3 Remuneração de capital de terceiros	120.304	144.471
8.3.1 Juros	107.092	133.759
8.3.2 Aluguéis	13.212	10.712
8.4 Remuneração de capital de próprio	(741)	(8.878)
8.4.1 Lucros (prejuízos) retidos	(741)	(8.878)
	1.221.281	1.361.192

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (“RGE Sul” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede da Companhia está localizada na Rua Dona Laura, 320 – 6º e 10º andar, Bairro Rio Branco, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 06 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 118 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Entre os principais estão Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Santa Maria, atendendo a aproximadamente 1,3 milhões de consumidores (informações não examinadas pelos auditores independentes).

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a conclusão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 26 de julho de 2017.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, e iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros.

Notas Explicativas

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa);
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial (determinados componentes financeiros que podem surgir sem metodologia prévia);
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão;
- Nota 11 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa);
- Nota 12 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos);
- Nota 23 – Receita operacional líquida (premissas para mensuração do fornecimento e TUSD não faturados); e
- Nota 29 – Instrumentos financeiros (premissas para determinação do valor justo).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.6 Reclassificações nas informações contábeis intermediárias do trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2016

A Administração da Companhia efetuou reclassificações na demonstração do resultado, demonstração de valor adicionado e demonstração do fluxo de caixa para o trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2016, para refletir a apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias no período corrente.

Notas Explicativas

As reclassificações realizadas, com base nas orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, encontram-se descritas a seguir:

- Reclassificação para adequação do agrupamento e nomenclatura das classes contábeis à estrutura apresentada pela sua controladora;
- Reclassificação para apresentação das despesas de acordo com a sua função, na demonstração do resultado do exercício;
- Reclassificação para apresentação do caixa gerado nas atividades operacionais a partir do prejuízo antes dos impostos, na demonstração do fluxo de caixa;
- Reclassificação dos encargos regulamentares da concessão para o grupo 1 - Receitas em função da estrutura tarifária, na demonstração do valor adicionado.

As reclassificações não alteraram os saldos do balanço patrimonial, demonstração do resultado e demonstração da mutação do patrimônio líquido.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

	1º Semestre 2016			
	Saldo originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Saldo reclassificado
Receita operacional líquida	1.423.980		-	1.423.980
Custo do serviço de energia elétrica				
Energia elétrica comprada para revenda	(749.250)	a	(167.512)	(916.762)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfra	(31.301)	a	31.301	-
Encargos do uso do sistema de transmissão	(136.211)	a	136.211	-
Custos de operação	-	b	(166.406)	(166.406)
Custo do serviço prestado a terceiros	-	b	(137.145)	(137.145)
Despesas com vendas	-	b	(63.868)	(63.868)
Despesas gerais e administrativas	-	b	(73.907)	(73.907)
Outras despesas operacionais	-	b	(14.202)	(14.202)
Pessoal e administradores	(86.320)	b	86.320	-
Entidade de previdência privada	(2.323)	b	2.323	-
Serviços de terceiros	(60.997)	b	60.997	-
Material	(11.059)	b	11.059	-
Custo de construção	(137.145)	b	137.145	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	(41.079)	b	41.079	-
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	(18.998)	b	18.998	-
Depreciação e amortização	(69.354)	b	69.354	-
Outros custos	(28.254)	b	28.254	-
Total dos custos operacionais	(1.372.291)		-	(1.372.291)
Resultado do serviço	51.690		-	51.690
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	67.194	a	274	67.468
Despesas financeiras	(138.881)	a	6.652	(132.229)
Variações cambiais, líquidas	6.926	a	(6.926)	-
	(64.761)		-	(64.761)
Prejuízo antes dos tributos	(13.071)		-	(13.071)
Contribuição social	-	a	(14)	1.125
Imposto de renda	-	a	(15)	3.068
Contribuição social diferida	1.090	a	14	-
Imposto de renda diferido	3.103	a	15	-
	4.193		-	4.193
Prejuízo líquido do período	(8.878)		-	(8.878)

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

	1º Semestre 2016			
	Saldo originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Saldo reclassificado
1. RECEITAS	2.600.489	a / d	(11.952)	2.588.537
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.227.646)	a	2.187	(1.225.459)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	1.372.843		(9.765)	1.363.078
4. RETENÇÕES	(69.354)		-	(69.354)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.303.489		(9.765)	1.293.724
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	67.194	a	274	67.468
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>1.370.683</u>		<u>(9.491)</u>	<u>1.361.192</u>
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>1.370.683</u>		<u>(9.491)</u>	<u>1.361.192</u>
Empregados (Colaboradores)	98.064	a	15.140	113.204
Tributos (Governo)	1.138.830		(26.434)	1.112.396
Federais	522.100	a	(26.254)	495.846
Estaduais	616.465		(180)	616.285
Municipais	265		-	265
Remuneração de capital de terceiros	142.667	a	1.804	144.471
Remuneração de capital próprio	(8.878)		(0)	(8.878)

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

1º Semestre 2016

	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Reclassificado
Atividades operacionais:				
Resultado líquido do período	(8.878)	c	8.878	-
Prejuízo antes dos impostos	-	c	(13.071)	(13.071)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Depreciação e amortização	69.354		-	69.354
Variações monetárias e cambiais	(2.299)	a	2.299	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	(36.416)		-	(36.416)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	41.080		-	41.080
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	21.618		-	21.618
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	113.923	a	(2.299)	111.624
Fundo de pensão - Deliberação CVM 695	2.208		-	2.208
Receita aplicação financeira em investimento de curto prazo	(10.299)		-	(10.299)
Baixa de ativo financeiro, intangível de concessão e imobilizado	9.436		-	9.436
Tributos e contribuições sociais diferidos	(4.193)	a	4.193	-
Ações e opções de ações outorgadas	33		-	33
Variações nos ativos e passivos:				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	44.113	a	(8.534)	35.579
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(3.883)	a	3.883	-
Outros tributos compensáveis	1.184	a	(3.883)	(2.699)
Almoxarifado	(671)		-	(671)
Depósitos judiciais	-	a	(11.292)	(11.292)
Contas a receber - acordos	(9.425)	a	9.425	-
Despesas pagas antecipadamente	672	a	(672)	-
Contas a receber - Eletrobrás	-	a	(55)	(55)
Outros créditos	(2.493)	a	11.128	8.635
Ativo financeiro setorial, líquido	371.629		-	371.629
Fornecedores	(160.579)		-	(160.579)
Outras obrigações com entidades de previdência privada	-	a	(6.938)	(6.938)
Outros tributos a pagar	(21.559)	a	-	(21.559)
Pagamento de processos judiciais e outros	(11.829)		-	(11.829)
Obrigações sociais e trabalhistas	(953)	a	953	-
Encargos setoriais	(60.949)	a	16.969	(43.980)
Contas a pagar CDE	-	a	(21.868)	(21.868)
Outras obrigações	(30.702)	a	13.189	(17.513)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	9.242	a	(9.242)	-
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	(6.938)	a	6.938	-
Caixa gerado nas atividades operacionais	312.426		-	312.426
Juros pagos (encargos de dívidas)	(98.953)		-	(98.953)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(3.339)	a	-	(3.339)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	210.134		-	210.134
Atividades de investimentos:				
Adições para ativos financeiros e intangíveis da concessão	(143.302)	a	19.976	(123.326)
Consumidores - Participação financeira	19.976	a	(19.976)	-
Aplicações em investimento de curto prazo	(1.679.132)	a	1.679.132	-
Resgates de investimento de curto prazo	1.488.108	a	(1.488.108)	-
Aplicações e resgates de investimentos de curto prazo	-	a	(191.024)	(191.024)
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(11.291)	a	-	(11.291)
Caixa líquido usado das atividades de investimentos	(325.641)		-	(325.641)
Atividades de financiamentos:				
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	295.455		-	295.455
Pagamento de empréstimos - principal	(156.244)		-	(156.244)
Custo de empréstimos	(27.820)	a	27.820	-
Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	(3.248)	a	3.248	-
Outros	-	a	(31.068)	(31.068)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	108.143		-	108.143
Varição no caixa líquido da Companhia	(7.364)		-	(7.364)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	22.302		-	22.302
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	14.938		-	14.938

Notas Explicativas

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.14, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda referem-se ao direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ("ANEEL"). Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor atualizado nas datas subsequentes, em consonância com o processo de revisão tarifária.

Notas Explicativas**(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldos bancários	4.109	25.717
Aplicações financeiras	143.729	120.208
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	3	12.036
Certificado de depósito bancário (b)	12.277	27.847
Fundos de investimento (c)	131.449	80.325
Total	<u>147.838</u>	<u>145.925</u>

a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente, que são remunerados diariamente através de uma aplicação em operações compromissadas com lastro em debêntures e remuneração de 10% da variação da taxa SELIC.

b) Corresponde a operações de curto prazo em CDB's e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 99,7% do CDI.

c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos do Grupo CPFL S.A., com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, a 100,0 % do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Saldos		Vencidos		Total	
	vincendos	até 90 dias	> 90 dias	30/06/2017	31/12/2016	
Circulante						
Classes de consumidores						
Residencial	78.272	54.320	8.064	140.656	159.090	
Industrial	10.469	5.952	6.800	23.221	30.227	
Comercial	23.425	11.262	7.458	42.145	54.859	
Rural	7.632	5.036	4.980	17.648	35.417	
Poder público	8.099	2.761	3.514	14.374	15.621	
Iluminação pública	6.407	1.462	243	8.112	8.600	
Precatórios	4.709	-	-	4.709	4.709	
Serviço público	8.908	29	6	8.943	9.549	
Faturado	147.921	80.822	31.065	259.808	318.072	
Não faturado	126.310	-	-	126.310	198.704	
Parcelamento de débito de consumidores	29.425	3.756	6.944	40.125	39.412	
Operações realizadas na CCEE	84.126	-	3.020	87.146	113.785	
Exposição decorrente de preços entre submercados (nota 30)	-	-	437.800	437.800	437.800	
Provisão para perda com créditos decorrentes de preços entre submercados (nota 30)	-	-	(437.800)	(437.800)	(437.800)	
Concessionárias e permissionárias	3.065	-	-	3.065	3.311	
Outros	7.574	4.947	1.872	14.393	12.280	
	<u>398.421</u>	<u>89.525</u>	<u>42.901</u>	<u>530.847</u>	<u>685.564</u>	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(35.923)	(44.456)	
				<u>494.924</u>	<u>641.108</u>	
Não circulante						
Precatórios	87.820	-	-	87.820	90.704	
Parcelamento de débito de consumidores	51.539	-	-	51.539	54.704	
Outros	150	-	-	151	110	
	<u>139.509</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>139.510</u>	<u>145.518</u>	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(21.133)	(27.610)	
				<u>118.377</u>	<u>117.908</u>	

Notas Explicativas**Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)**

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2016	(72.066)	(15.495)	(87.561)
Provisão revertida (constituída) líquida	(14.520)		(14.520)
Baixa de contas a receber provisionadas	29.530		29.530
Saldo em 30/06/2017	(57.056)	(15.495)	(72.551)
Circulante	(35.923)	(15.495)	(51.418)
Não circulante	(21.133)	-	(21.133)

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	30/06/2017	31/12/2016
<u>Circulante</u>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	3.747	590
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	10.277	1.590
Imposto de renda e contribuição social a compensar	4.431	2.263
Imposto de renda e contribuição social a compensar	18.455	4.443
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	5.253	5.245
ICMS a compensar	11.509	7.959
Outros	172	192
Outros tributos a compensar	16.933	13.396
Total Circulante	35.388	17.839
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	671	671
Imposto de renda e contribuição social a compensar	671	671
ICMS a compensar	22.164	16.076
PIS e COFINS a compensar	4.145	4.023
Outros tributos a compensar	26.309	20.099
Total Não circulante	26.980	20.770

Notas Explicativas**(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL**

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2016	Receita operacional		Resultado financeiro	Recebimento	Saldo em 30/06/2017
		Constituição	Realização	Atualização monetária	Via bandeira tarifária (nota 23.4)	
Parcela "A"						
CVA (*)						
CDE (**)	(16.089)	(39.759)	(14.784)	(1.405)	-	(72.037)
Custos energia elétrica	(148.887)	24.686	94.349	(11.272)	(268)	(41.393)
ESS e EER (***)	(100.514)	(30.729)	35.399	(5.161)	(64)	(101.069)
Proinfra	1.123	(2.766)	(720)	(67)	-	(2.430)
Rede básica	11.366	(23.693)	(3.249)	623	-	(14.952)
Repasse de Itaipu	106.395	(5.752)	(101.727)	(822)	-	(1.907)
Transporte de Itaipu	2.669	(4.591)	(1.342)	137	-	(3.127)
Neutralidade dos encargos setoriais	69.679	(12.462)	(24.189)	(333)	-	32.695
Sobrecontratação	2.952	4.145	(23.895)	3.684	(123)	(13.237)
Outros componentes financeiros	(57.772)	(1.913)	38.915	1.764	-	(19.005)
Total	(129.078)	(92.834)	(1.244)	(12.852)	(455)	(236.462)
Passivo circulante	(95.629)					(212.363)
Passivo não circulante	(33.449)					(24.100)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargos de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS**9.1- Composição dos créditos fiscais:**

	30/06/2017	31/12/2016
<u>Crédito de contribuição social</u>		
Bases negativas	42.463	42.564
Diferenças temporariamente indedutíveis	10.824	12.369
Subtotal	53.287	54.933
<u>Crédito de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	117.955	118.235
Diferenças temporariamente indedutíveis	30.066	34.357
Subtotal	148.021	152.592
Total	201.308	207.525

Notas Explicativas

9.2 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	30/06/2017		31/12/2016	
	C SLL	IRPJ	C SLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	9.807	27.240	8.863	24.620
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.530	18.138	7.881	21.890
Registro da concessão - ajuste do intangível (CPC)	583	1.619	611	1.698
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (CPC)	(13.997)	(38.880)	(13.013)	(36.147)
Perdas atuariais (CPC)	(793)	(2.204)	(962)	(2.671)
Outros	999	2.774	1.293	3.589
Diferenças temporariamente indedutíveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais (CPC)	7.696	21.378	7.696	21.378
Total	10.824	30.066	12.369	34.357

9.3 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016:

	CSLL			
	2017		2016	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	(39.006)	4.773	19.559	(13.071)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	6.542	15.301	-	-
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	458	822	665	832
Base de cálculo	(32.006)	20.896	20.224	(12.239)
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
Crédito (Débito) fiscal apurado	2.881	(1.881)	(1.820)	1.102
Ajustes de bases anteriores - outros	429	429	-	24
Total	3.310	(1.452)	(1.820)	1.125
Corrente	2.820	194	-	-
Diferido	490	(1.645)	(1.820)	1.125

	IRPJ			
	2017		2016	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	(39.006)	4.773	19.559	(13.071)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	6.542	15.301	-	-
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	458	822	665	832
Base de cálculo	(32.006)	20.896	20.224	(12.239)
Alíquota aplicável	25%	25%	25%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	8.001	(5.224)	(5.056)	3.060
Incentivos fiscais (PAT/Rouanet)	(159)	16	-	-
Ajustes de bases anteriores - outros	1.140	1.146	-	8
Total	8.983	(4.062)	(5.056)	3.068
Corrente	7.623	509	-	-
Diferido	1.360	(4.571)	(5.056)	3.068

Notas Explicativas**(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO**

Saldo em 31/12/2016	1.019.658
Adições	102.833
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	10.932
Baixas	(4.650)
Saldo em 30/06/2017	1.128.772

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição "VNR" – nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 23), no resultado do período (R\$ 10.932 no 1º semestre de 2017 e R\$ 36.416 no 1º semestre de 2016).

(11) OUTROS CRÉDITOS

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Adiantamentos a fornecedores	897	159	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	1.003	1.386	-	-
Convênios de arrecadação	488	456	-	-
Ressarcimento de geradoras	7.675	7.611	-	-
Contas a receber - Eletrobrás	79.800	45.952	-	-
Adiantamento a funcionários	2.835	1.318	-	-
Arrendamento, aluguéis de postes e outras receitas	17.546	17.464	-	-
Despesas pagas antecipadamente	6.982	7.105	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(15.495)	(15.495)	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	24.915	21.109
Outros	1.804	1.665	-	-
Total	103.535	67.621	24.915	21.109

Contas a receber – Eletrobrás: Referem-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 2.767 (R\$ 3.429 em 31 de dezembro de 2016); (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 76.802 (R\$ 42.523 em 31 de dezembro de 2016) e (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 231 (nota 23).

Notas Explicativas**(12) INTANGÍVEL**

	Direito de concessão				Total
	Adquirido em combinações de negócio (*)	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso	Outros ativos intangíveis	
Saldo em 31/12/2016	307.981	984.694	135.715	20.840	1.449.230
Custo histórico	802.164	1.297.163	135.715	25.357	2.260.399
Amortização acumulada	(494.183)	(312.469)	-	(4.517)	(811.169)
Adições	-	-	171.173	1.705	172.878
Amortização	(14.214)	(54.627)	-	(529)	(69.370)
Transferência - intangíveis	-	75.279	(75.279)	-	-
Transferência - ativo financeiro	-	-	(102.833)	-	(102.833)
Baixa e transferência - outros ativos	-	(8.895)	(5.386)	-	(14.281)
Saldo em 30/06/2017	293.768	996.451	123.391	22.016	1.435.625
Custo histórico	802.164	1.363.546	123.391	27.062	2.316.163
Amortização acumulada	(508.396)	(367.095)	-	(5.046)	(880.537)

(*) Refere-se ao ágio decorrente da incorporação da controladora AES Guaíba Empreendimentos Ltda.. A amortização deste ágio é efetuada pelo método linear conforme revisão do CPC 04 – Ativo Intangível.

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No 1º semestre de 2017 foram capitalizados R\$ 1.685 a uma taxa de 11,97% a.a (R\$ 2.154 a uma taxa de 11,97% a.a durante o 1º semestre de 2016) (nota 26).

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição (nota 25) estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

(13) FORNECEDORES

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Circulante</u>		
Encargos de serviço de sistema	3.640	21.219
Suprimento de energia elétrica	282.057	330.081
Encargos de uso da rede elétrica	20.449	24.343
Materiais e serviços	59.785	66.469
Total	<u>365.931</u>	<u>442.112</u>
<u>Não circulante</u>		
Suprimento de energia elétrica (*)	126.588	129.148
Total	<u>126.588</u>	<u>129.148</u>

(*) Refere-se à comercialização de energia no âmbito da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, vinculados ao processo de exposição decorrente de preços entre submercados, conforme divulgado na nota nº 32 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. No 1º semestre de 2017 não houveram mudanças significativas no referido processo.

Notas Explicativas

(14) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Remuneração a.a.	Condições de amortização	Garantias	30/06/2017			31/12/2016		
				Encargos	Principal		Encargos	Principal	
				Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante
Mensuradas ao custo									
Moeda nacional									
Outros									
Eletrobrás - Luz para todos 036/2004	Pré fixado 5%	120 parcelas mensais a partir de julho de 2007	Recebíveis	-	-	-	-	94	-
Eletrobrás - Luz para todos	Pré fixado 5%	parcelas mensais a partir de dezembro de 2008 a março de 2023	Fiança bancária	-	6.882	15.530	-	7.751	21.096
FINEP - 02.11.0364-00	Pré fixado 5%	81 parcelas mensais a partir de setembro de 2013	Fiança bancária	13	2.265	4.342	16	2.539	5.768
FINEP - 02.13.0257-00	TJLP	73 parcelas mensais a partir de maio de 2016	Fiança bancária	12	1.007	3.945	20	1.730	6.896
Arrendamento Mercantil	14%	130 meses a partir de dezembro 2015	-	-	9.361	14.103	-	9.179	16.585
Total moeda nacional - mensuradas ao custo				26	19.515	37.919	36	21.293	50.345
Subvenção governamental								(1.481)	(3.165)
Total				26	19.515	37.919	36	19.812	47.180

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

a partir de 01/07/2018	5.050
2019	15.885
2020	10.748
2021	4.734
2022	1.386
2023	117
Total	37.919

(15) DEBÊNTURES

	Quantidade em circulação	Remuneração a.a.	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias	30/06/2017		31/12/2016	
						Encargos	Principal	Encargos	Principal
						Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
4ª Emissão - Série Única - AESL14	110.000	114,50% do CDI	16,77%	02 Parcelas anuais a partir de outubro de 2019	Fiança da CPFL Energia	24.695	1.100.000	32.058	1.100.000
Gastos com Emissão (*)						(4.974)	(11.075)	(4.611)	(13.627)
						19.721	1.088.925	27.447	1.086.373

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2019	538.925
2020	550.000
Total	1.088.925

Notas Explicativas

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da garantidora (controladora indireta CPFL Energia S.A.) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos de debêntures contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

Os detalhes das condições restritivas para as debêntures estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. A Administração da Companhia e da controladora CPFL Energia monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme os últimos períodos de apuração, ou seja, 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente.

(16) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, cujas características estão descritas na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

16.1- Movimentações do plano de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2016	74.830
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	4.911
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	<u>(3.043)</u>
Passivo atuarial líquido em 30/06/2017	<u>76.698</u>

As receitas e despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	<u>1º Semestre 2017</u>	<u>1º Semestre 2016</u>
Custo do serviço	1.077	815
Juros sobre obrigações atuariais	25.464	23.756
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(21.630)</u>	<u>(20.280)</u>
Total da despesa (receita)	<u>4.911</u>	<u>4.291</u>

Notas Explicativas

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial em 31 de dezembro de 2016, foram:

	<u>31/12/2016</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	10,99% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,29% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,0% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima)	5,0% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-83
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Light Média
Taxa de rotatividade esperada	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria	100% um ano após a primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

(17) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	262	245
Conta de desenvolvimento energético - CDE (nota 23.5)	36.863	44.102
Bandeiras tarifárias	21.275	7.478
Total	58.400	51.825

Conta de desenvolvimento energético – CDE: Refere-se: (i) a quota anual de CDE para o 1º semestre de 2017 no montante de R\$ 17.582 (R\$ 21.665 em 31 de dezembro de 2016), (ii) quota destinada à devolução do aporte CDE do período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014 no montante de R\$ 7.389 (R\$ 6.952 em 31 de dezembro de 2016) e (iii) quota destinada à devolução do aporte da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (“conta ACR”) do período de fevereiro a dezembro de 2014, no montante de R\$ 11.892 (R\$ 15.485 em 31 de dezembro de 2016). No 1º semestre de 2017 a Companhia efetuou o encontro de contas no montante a pagar de CDE e o contas a receber – Eletrobrás (nota 11) no montante de R\$ 97.927 (R\$ 133.640 no 1º semestre de 2016).

Bandeiras tarifárias: Refere-se ao montante a ser repassado para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”).

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	33.224	37.915
Programa de integração social - PIS	2.573	5.925
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	12.011	21.399
PIS/COFINS parcelamento	9.994	9.507
Outros	6.662	7.217
Total	64.464	81.963
<u>Não circulante</u>		
PIS/COFINS parcelamento	23.190	26.814
	23.190	26.814

Notas Explicativas**(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	30/06/2017		31/12/2016	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	Depósitos judiciais
Trabalhistas	38.840	40.609	28.148	29.942
Cíveis	17.849	3.940	12.267	6.637
Fiscais	11.854	11.549	14.290	12.244
Regulatórios	33.369	-	31.517	-
Outros	496	-	497	228
Total	102.408	56.098	86.719	49.051
Circulante	62.231	-	53.729	-
Não circulante	40.177	56.098	32.990	49.051

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, regulatórios e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2017
Trabalhistas	28.148	17.048	(12.129)	(2.593)	8.365	38.840
Cíveis	12.267	12.322	(3.459)	(4.045)	764	17.849
Fiscais	14.290	929	(4.416)	-	1.051	11.854
Regulatórios	31.517	-	(10)	-	1.862	33.369
Outros	497	-	-	-	-	497
Total	86.719	30.299	(20.013)	(6.638)	12.041	102.408

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, regulatórios e depósitos judiciais estão apresentados na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, estavam assim representadas:

	30/06/2017	31/12/2016	Principais causas
Cíveis	205.210	171.243	Danos pessoais, impactos ambientais, majoração tarifária e e outros
Fiscais	61.809	20.752	Débitos fiscais de ICMS e processos administrativos impostos federais
Regulatórias	31.543	16.691	Processos de fiscalizações técnicas e comerciais e outros
Total	298.562	208.686	

As principais causas com perdas possíveis estão apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

Em 14 de junho de 2017, a Companhia recebeu o Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM - Processo Administrativo Fiscal 11080.723.733/2017-46), no qual restou apurado, pela Receita Federal do Brasil ('RFB'), débito no montante total de R\$ 38.533, decorrente de alegados descontos indevidos de créditos da apuração de PIS/PASEP e COFINS relacionados a: (i) perdas não técnicas; (ii) serviços prestados por terceiros relacionados diretamente com a atividade fim da Companhia e (iii) tarifas relacionadas a serviços de transmissão /distribuição de energia elétrica. A Companhia apresentou impugnação às pretensas infrações fiscais, instaurando-se o litígio administrativo fiscal em 13 de julho de 2017.

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, conforme descrito na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho, sendo que o status da discussão não foi alterado desde então e o risco permanece como possível.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Consumidores e concessionárias	6.204	16.398	43.832	44.711
Programa de eficiência energética - PEE	11.726	11.148	25.434	22.972
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	9.133	3.597	8.283	11.834
EPE / FNDCT / PROCEL	1.669	1.280	-	-
Folha de pagamento	981	2.320	-	-
Convênios de arrecadação	9.720	10.507	-	-
Convênio de devolução	5.437	5.095	-	-
Descontos tarifários - CDE	3.404	1.395	10.213	465
Outros	5.687	8.636	105	174
Total	53.961	60.376	87.867	80.156

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está assim distribuído:

Acionistas	Quantidade de ações			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
CPFL Jaguariúna Participações Ltda.	403.644	122.807	526.451	99,85
Ações em tesouraria	810	5	815	0,15
Total	404.454	122.812	527.266	100,00

No segundo trimestre de 2017, a Companhia reverteu a Reserva Estatutária no valor de R\$ 5.373 correspondente à variação da expectativa de fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão (nota 10), líquida dos efeitos tributários, tendo em vista que a constituição desta reserva é limitada ao saldo da conta lucro acumulado.

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

(22) LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

22.1 Lucro (prejuízo) por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro ou prejuízo por ação básico e diluído para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 foi baseado no lucro e prejuízo líquido de cada período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados:

	2017		2016	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Numerador				
Lucro (prejuízo) líquido do período atribuído aos acionistas controladores	(26.713)	(741)	12.683	(8.878)
Denominador				
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	403.644	403.644	403.644	403.644
Ações em poder dos acionistas - ações preferenciais	122.807	122.807	122.807	122.807
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	(50,74)	(1,41)	38,36	(26,85)
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	(50,74)	(1,41)	38,36	(26,85)

Para os períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no resultado por ação.

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2017		2016 - Reclassificado	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Receita de operações com energia elétrica				
Classe de consumidores:				
Residencial	418.563	1.013.015	482.236	1.075.713
Industrial	140.392	271.672	250.400	499.843
Comercial	179.073	427.542	220.909	494.918
Rural	74.318	224.660	81.994	233.852
Poderes públicos	33.163	72.946	38.229	78.207
Iluminação pública	19.390	39.490	20.159	42.555
Serviço público	29.227	61.096	32.128	65.977
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	(8.796)	(17.555)	(9.111)	(18.042)
Fornecimento faturado	885.330	2.092.866	1.116.944	2.473.023
Fornecimento não faturado (líquido)	(24.573)	(62.177)	(20.842)	(32.033)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(390.923)	(920.462)	(485.481)	(1.069.967)
Fornecimento de energia elétrica	469.834	1.110.227	610.621	1.371.023
Outras concessionárias, permissionários e autorizadas	4.905	10.540	4.655	10.346
Energia elétrica de curto prazo	110.651	122.657	42.002	42.565
Suprimento de energia elétrica	115.556	133.197	46.657	52.911
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	390.923	920.462	485.481	1.069.967
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	60.218	126.161	47.395	77.455
Receita de construção da infraestrutura de concessão	104.019	188.682	69.357	137.145
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)	22.696	(94.077)	(125.686)	(280.957)
Atualização ativo financeiro da concessão (nota 10)	2.793	10.932	13.617	36.416
Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares	70.554	173.831	62.408	146.721
Outras receitas e rendas	6.172	23.918	13.240	18.935
Outras receitas operacionais	657.375	1.349.909	565.812	1.205.682
Total da receita operacional bruta	1.242.765	2.593.333	1.223.090	2.629.616
Deduções da receita operacional				
ICMS	(239.085)	(553.523)	(287.593)	(615.791)
PIS	(17.883)	(40.646)	(21.221)	(44.646)
COFINS	(82.369)	(187.218)	(97.747)	(205.642)
PIS e COFINS - diferença de alíquota	(1.146)	(7.971)	12.766	11.953
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(110.611)	(228.440)	(93.488)	(273.595)
Programa de P&D e eficiência energética	(6.323)	(12.992)	(6.377)	(12.400)
PROINFPA	(4.904)	(9.640)	(2.756)	(4.245)
Bandeiras tarifárias	(33.872)	(39.098)	25	(59.809)
Outros	(787)	(1.522)	(735)	(1.461)
Receita operacional líquida	496.980	(1.081.050)	(497.126)	(1.205.636)
	745.785	1.512.283	725.964	1.423.980

Notas Explicativas

	2017		2016	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Receita de operações com energia elétrica - em GWh (*)				
Classe de consumidores:				
Residencial	611	1.411	647	1.407
Industrial	249	463	426	832
Comercial	260	600	297	655
Rural	286	841	297	818
Poderes públicos	49	105	52	106
Iluminação pública	56	111	56	111
Serviço público	53	107	53	106
Fornecimento faturado	1.564	3.638	1.829	4.035
Consumo próprio	-	1	-	1
Fornecimento de energia elétrica	1.564	3.639	1.829	4.036
Outras concessionárias, permissionários e autorizadas	20	40	-	-
Energia elétrica de curto prazo	421	474	-	-
Suprimento de energia elétrica	441	515	-	-

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Número de Consumidores (*)	30/06/2017	30/06/2016
Classe de consumidores:		
Residencial	1.119.141	1.105.597
Industrial	7.223	7.382
Comercial	83.416	84.645
Rural	107.582	106.102
Poderes públicos	8.984	9.126
Iluminação pública	111	111
Serviço público	996	989
Consumo próprio	98	106
Total	1.327.551	1.314.058

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

23.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

23.2 Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Ajuste para reversão do Encargo de Energia de Reserva (“EER”) de Angra III

Em 13 de abril de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.218, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 18 de abril de 2017, em -0,20%, sendo 2,95% referentes ao reajuste tarifário econômico e -3,15% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de -6,43%.

A ANEEL aprovou por meio da Resolução Homologatória nº 2.214, de 28 de março de 2017 a republicação das Tarifas de Energia – TE e Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD, com o objetivo de devolução da previsão do EER da central geradora UTN Almirante Álvaro Alberto – Unidade III (Angra III). O efeito médio percebido pelos consumidores será negativo de -13,76% (conforme divulgado pela própria ANEEL). As tarifas resultantes desta reversão ficaram vigentes somente no mês de abril de 2017, no entanto, como o período de leitura do faturamento de cada unidade consumidora não coincide com o mês civil, essa redução se dará na receita faturada de abril e maio de 2017, tendo seu impacto diluído entre os dois períodos.

Notas Explicativas

Em 12 de abril de 2016, a Diretoria Colegiada da ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual ("RTA") de 2016 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em +3,94%, sendo -1,89% relativos ao reajuste econômico e +5,83% referentes aos componentes financeiros, em relação ao último evento tarifário ordinário (RTA/2015). O efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de -0,34% (conforme divulgado na Resolução Homologatória), quando comparado ao Reajuste Tarifário Anual ("RTA") ocorrida em abril de 2015. As novas tarifas têm vigência de 19 de abril de 2016 a 18 de abril de 2017.

23.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

Todos os detalhes referente ao aporte de CDE estão detalhados nas notas 23.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

No 1º semestre de 2017, foi registrada receita de R\$ 173.831 (R\$ 146.721 no 1º semestre de 2016), sendo (i) R\$ 10.324 (R\$ 10.549 no 1º semestre de 2016) referentes à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 158.557 (R\$ 136.172 no 1º semestre de 2016) referentes a outros descontos tarifários e (iii) R\$ 4.950 de desconto tarifário – liminares em contrapartida na rubrica contas a receber – Eletrobrás (nota 11).

23.4 - Bandeiras tarifárias

O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias está descrito na nota 23.4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

No 1º semestre de 2017, foram homologados pela ANEEL, os meses de dezembro de 2016 a abril de 2017. O montante faturado nesse período foi de R\$ 25.313, deste montante R\$ 455 foram utilizados para compensar parte do ativo e passivo financeiro setorial (nota 8) e R\$ 24.786 foram repassados para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias e R\$ 72 outros. A bandeira tarifária dos meses de maio e junho de 2017, no montante de R\$ 21.275 continuam em aberto e estão registrados no passivo - taxas regulamentares (nota 17).

23.5 – Conta de desenvolvimento energético ("CDE")

A ANEEL, por meio das REH nº 2.202, de 7 de fevereiro de 2017, alterada pela REH nº 2.204 de 07 de março de 2017, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE vigentes do ano de 2017. Essas quotas contemplam: (i) quota anual da conta CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia, referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, que deverá ser recolhida dos consumidores e repassada à Conta CDE em até cinco anos a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da REH nº 2004, de 15 de dezembro de 2015, a ANEEL estabeleceu mais uma quota destinada à amortização da Conta ACR, cujos valores foram atualizados pela REH nº 2.231 de 25 de abril de 2017, com recolhimento e repasse à Conta CDE para o período tarifário de junho de 2017 a maio de 2018.

Notas Explicativas**(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA**

	2017		2016 (Reclassificado)	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	100.842	195.423	98.556	198.698
Energia de curto prazo	11.489	22.454	(5.255)	-
PROINFA	10.564	21.296	15.017	31.301
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	385.153	729.463	310.930	626.232
Crédito de PIS e COFINS	(46.350)	(87.770)	(36.843)	(75.680)
Subtotal	461.698	880.865	382.405	780.551
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos de rede básica	41.929	84.035	38.750	77.009
Encargos de transporte de Itaipu	2.616	5.107	2.546	5.009
Encargos de conexão	9.180	18.869	9.400	17.563
Encargos de serviço do sistema - ESS	(7.443)	(18.981)	(1.005)	30.030
Encargos de energia de reserva - ERR	-	-	8.777	20.484
Crédito de PIS e COFINS	(5.258)	(10.205)	(5.410)	(13.884)
Subtotal	41.024	78.825	53.058	136.211
Total	502.722	959.690	435.464	916.762

	2017		2016	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Energia comprada para revenda - GWh (*)				
Energia de Itaipu Binacional	490	976	500	996
Energia de curto prazo	(1)	88	(160)	-
PROINFA	41	83	46	90
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	1.671	3.559	1.792	3.824
Total	2.201	4.706	2.178	4.910

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

(25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Trimestre											
	Custo de operação		Custo do serviço		Vendas		Despesa operacional		Total			
	2017	2016 (Reclassificado)	2017	2016 (Reclassificado)	2017	2016 (Reclassificado)	2017	2016 (Reclassificado)	2017	2016 (Reclassificado)		
Pessoal	24.434	22.524	-	-	8.093	8.522	7.063	10.651	-	-	39.590	41.697
Entidade de previdência privada	2.280	1.104	-	-	-	-	-	-	-	-	2.280	1.104
Material	5.334	7.015	-	-	874	1.011	859	860	-	-	7.057	8.886
Serviços de terceiros	12.004	10.222	-	-	5.038	5.960	14.631	13.307	-	-	31.673	29.489
Amortização	27.292	25.747	-	-	662	645	1.275	1.349	7.107	7.101	36.336	34.942
Custos com construção da infraestrutura	-	-	104.018	69.357	-	-	-	-	-	-	104.018	69.357
Outros	12.795	20.214	-	-	4.684	19.404	15.015	15.968	-	-	32.494	55.586
Taxa de arrecadação	2.949	2.782	-	-	-	-	-	-	-	-	2.949	2.782
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	6.493	27.041	-	-	-	-	6.493	27.041
Arrendamento e aluguéis	4.637	4.555	-	-	(189)	57	(8)	(406)	-	-	4.440	4.207
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	50	51	-	-	50	51
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	14.218	15.912	-	-	14.218	15.912
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	-	50	-	-	-	50
Outros (*)	5.209	12.877	-	-	(1.620)	(7.695)	755	361	-	-	4.344	5.543
Total	84.139	86.826	104.018	69.357	19.351	35.542	38.843	42.135	7.107	7.101	253.458	240.961

(*) Outros é composto por ganhos e perdas na desativação e alienação de ativos; multas regulatórias e compensatórias.

	1º Semestre											
	Custo de operação		Custo do serviço		Vendas		Despesa operacional		Total			
	2017	2016 (Reclassificado)	2017	2016 (Reclassificado)	2017	2016 (Reclassificado)	2017	2016 (Reclassificado)	2017	2016 (Reclassificado)		
Pessoal	50.433	42.907	-	-	16.547	15.964	14.302	19.720	-	-	81.282	78.590
Entidade de previdência privada	4.911	2.208	-	-	-	-	-	-	-	-	4.911	2.208
Material	11.962	15.041	-	-	1.945	2.337	1.883	1.524	-	-	15.790	18.903
Serviços de terceiros	22.996	17.960	-	-	10.972	13.057	28.266	27.912	-	-	62.234	58.928
Amortização	54.071	51.133	-	-	1.083	1.342	2.864	2.677	14.215	14.202	72.233	69.354
Custos com construção da infraestrutura	-	-	188.682	137.145	-	-	-	-	-	-	188.682	137.145
Outros	29.703	37.156	-	-	7.684	31.169	25.480	22.075	-	-	62.867	90.400
Taxa de arrecadação	5.826	5.545	-	-	-	-	-	-	-	-	5.826	5.545
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	14.520	41.079	-	-	-	-	14.520	41.079
Arrendamento e aluguéis	8.734	7.786	-	-	(161)	91	(290)	(706)	-	-	8.283	7.171
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	2	678	103	-	-	678	105
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	23.420	21.217	-	-	23.420	21.217
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	36	83	-	-	36	83
Outros (*)	15.143	23.825	-	-	(6.675)	(10.003)	1.636	1.378	-	-	10.104	15.200
Total	174.076	166.406	188.682	137.145	38.231	63.868	72.795	73.907	14.215	14.202	487.999	455.528

(*) Outros é composto por ganhos e perdas na desativação e alienação de ativos; multas regulatórias e compensatórias.

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	2017		Reclassificado - 2016	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	4.608	9.775	7.302	10.739
Acréscimos e multas moratórias	14.002	31.059	16.385	29.680
Atualização de depósitos judiciais	745	1.563	30	228
Atualizações monetárias e cambiais	1.384	800	6.667	10.033
Atualização do ativo financeiro setorial (nota 8)	-	-	(165)	11.433
Outros	3.979	3.293	40	5.355
Total	24.718	46.490	30.259	67.468
Despesas				
Encargos de dívidas	(35.011)	(77.063)	(54.894)	(118.805)
Atualizações monetárias e cambiais	(1.073)	(8.000)	(1.525)	(5.720)
(-) Juros capitalizados	875	1.685	1.171	2.154
IOF	(223)	(904)	(393)	(625)
Atualização do ativo financeiro setorial (nota 8)	(11.739)	(12.852)	-	-
Outros	(6.158)	(9.177)	(4.598)	(9.233)
Total	(53.329)	(106.311)	(60.239)	(132.229)
Resultado financeiro	(28.611)	(59.821)	(29.980)	(64.761)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 11,97% a.a. durante o 1º semestre de 2017 e 2016 sobre os ativos intangíveis qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

Notas Explicativas

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A controladora direta da Companhia é a CPFL Jaguariúna, tendo como controladora indireta a CPFL Energia, que tem como acionistas controladores as seguintes Companhias:

- State Grid Brazil Power Participações S/A

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S/A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão descritas na nota 27 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, da controladora e por um membro independente, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no 1º semestre 2017, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 101 (R\$ 2.933 no 1º semestre de 2016). Este valor é composto por R\$ 101 (R\$ 2.577 no 1º semestre de 2016) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 0 (R\$ 81 no 1º semestre de 2016) de benefícios pós-emprego e referem-se a valores registrados pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Jaguariúna Participações S.A Energia, são como seguem:

	Passivo		Despesa/Custo
	30/06/2017	31/12/2016	1º Semestre 2017
Intangível, materiais e prestação de serviço			
Instituto CPFL	-	-	224
Compra e venda de energia e encargos			
Entidade sob o controle comum	2.590	2.829	15.798

As informações comparativas abaixo referem-se ao período em que os acionistas controladores indiretos eram aqueles anteriores à mudança de controle para a State Grid, descrita na nota 27 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Receita</u>	<u>Despesa/Custo</u>
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>1º Semestre 2016</u>	<u>1º Semestre 2016</u>
Saldo bancário e aplicação financeira				
Banco do Brasil S.A.	2.789	-	-	-
Banco Votorantim S.A.	8.040	-	111	-
Debêntures				
Banco do Brasil S.A.	-	250.082	-	6.075
Banco Votorantim S.A.	-	131.730	-	3.200

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da AES Guaíba II Empreendimentos Ltda., entidades sob controle comum ou influência significativa no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2016, são como seguem:

	<u>Passivo</u>
	<u>30/06/2016</u>
Fornecedor	
AES Big Sky	558
AES Eletropaulo	10

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia são como seguem:

	<u>Passivo</u>	<u>Despesa/Custo</u>
	<u>30/06/2017</u>	<u>1º Semestre 2017</u>
Compra e venda de energia e encargos		
Expansion Transmissão de Energia elétrica S.A	51	891
Expansion Trans. Itumbiara Marimbondo	21	369
POTE - Porto Primavera Transmissora de Energia Ltda	24	407
Itumbiara Transmissora de Energia Ltda	58	1.009
Serra da Mesa Transmissora de Energia S. A.	49	610
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.	10	175
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.	9	150
Poços de Calda Transmissora de Energia S.A.	11	200
Iracema Transmissora de Energia S.A.	7	114
Linhas de Transmissão do Itatim S .A.	14	255
Catxere Transmissora de Energia S.A.	16	274
Araraquara Transmissora de Energia S.A	7	119
Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A	7	149
Matrincha Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.	49	847
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.	24	427
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A (XRTE)	38	667
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	-	250

(28) GESTÃO DE RISCOS

A estrutura do gerenciamento de riscos e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria	Mensuração	Nível (*)	30/06/2017	
					Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	5	(a)	(2)	Nível 1	147.838	147.838
Ativo financeiro da concessão	10	(b)	(2)	Nível 3	1.128.772	1.128.772
					1.276.610	1.276.610
Passivo						
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(a)	(1)	Nível 2 (**)	57.460	56.054
Debêntures - principal e encargos	15	(c)	(1)	Nível 2 (**)	1.108.646	1.117.260
					1.166.106	1.173.314

Legenda

Categoria:	Mensuração:
(a) - Valor justo contra o resultado	(1) - Mensurado ao custo amortizado
(b) - Disponível para venda	(2) - Mensurado ao valor justo
(c) - Outros passivos financeiros	

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo

(**) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - Eletrobrás, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, (vii) convênios de arrecadação, (viii) descontos tarifários – CDE, e (ix) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve no 1º semestre de 2017 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como disponível para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor

Notas Explicativas

justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado no 1º semestre de 2017 são de R\$ 10.932 (R\$ 36.416 no 1º semestre de 2016), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 23 ou 10.

b) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (CDI, TJLP, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

b.1) Variação das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de junho de 2017 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses para esta data base permaneçam estáveis (CDI 10,14% a.a.; TJLP 7,00% a.a.; IPCA 3,06% a.a. e SELIC 12,87% a.a.), o efeito que seria registrado nas informações contábeis intermediárias para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 94.083 (despesa de CDI R\$ 97.843, TJLP R\$ 347, SELIC R\$ 30.433 e receita com IPCA R\$ 34.540). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Cenário I (a)	Redução (aumento)	
				Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	143.726		(2.027)	1.110	4.247
Instrumentos financeiros passivos	(1.108.646)		15.632	(8.564)	(32.760)
	(964.920)	alta CDI	13.605	(7.454)	(28.513)
Instrumentos financeiros passivos	(4.964)		-	(87)	(174)
	(4.964)	alta TJLP	-	(87)	(174)
Ativo financeiro da concessão	1.128.772		7.563	(2.963)	(13.489)
	1.128.772	baixa IPCA	7.563	(2.963)	(13.489)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(236.462)		9.529	4.304	(922)
	(236.462)	alta SELIC	9.529	4.304	(922)
Total	(77.573)		30.697	(6.200)	(43.098)

(a) Os índices de CDI, TJLP, IPCA e SELIC considerados de: 8,73%, 7,00%, 3,73% e 8,84%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação ou redução foram aplicados sobre os índices no cenário I.

(30) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuía no 1º semestre de 2017, um valor de R\$ 1.685 (R\$ 2.154 no 1º semestre de 2016) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre a revisão de informações trimestrais

Ao

Conselho de Administração e Acionistas da

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findo naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa 2.6, os valores correspondentes referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2016, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23, Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 26 de julho de 2017.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/F-6

Américo F. Ferreira Neto

Contador CRC-1SP192685/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Dona Laura, 320 – 6º e 10º andar, Bairro Rio Branco, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 90430-090, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.440/0001-62, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de junho de 2017;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de junho de 2017.

Porto Alegre, 26 de julho de 2017.

José Carlos Saciloto Tadiello

Diretor Presidente

Gustavo Estrella

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Wagner Luiz Schneider de Freitas

Diretor Administrativo

Thiago Freire Guth

Diretor de Distribuição

Roberto Sartori

Diretor de Gestão de Energia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Dona Laura, 320 – 6º e 10º andar, Bairro Rio Branco, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 90430-090, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.440/0001-62, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de junho de 2017;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de junho de 2017.

Porto Alegre, 26 de julho de 2017.

José Carlos Saciloto Tadiello

Diretor Presidente

Gustavo Estrella

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Wagner Luiz Schneider de Freitas

Diretor Administrativo

Thiago Freire Guth

Diretor de Distribuição

Roberto Sartori

Diretor de Gestão de Energia